

14

SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA

SABERES EM CONFLUÊNCIA: CONSTRUINDO UTOPIAS

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência: Construindo Utopias

GT 13 – SOCIOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

FORMAÇÃO CRÍTICA EM DISPUTA: CURRÍCULO PADRONIZADO E DESAFIOS AO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO DO PARANÁ

Ivandina Xavier Mendes Kolbe¹

¹Mestranda do curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional (PROFSOCIO), professora da Educação Básica do Estado do Paraná, kolbe.ivandina@ufpr.br

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o ensino de Sociologia na Educação Básica brasileira tem experimentado sucessivas reconfigurações curriculares, ora ampliando seu espaço formativo, ora sendo reduzido ou diluído em componentes interdisciplinares. No estado do Paraná, esse processo assumiu contornos específicos com a diminuição da carga horária da disciplina e, sobretudo, com a adoção de um modelo pedagógico plataformizado, caracterizado por planos de aula padronizados, slides prontos e ferramentas digitais de monitoramento do trabalho docente.

Embora apresentado pelo poder público como inovação tecnológica e modernização da gestão educacional, esse modelo suscita questionamentos quanto à qualidade formativa dos conteúdos e à autonomia pedagógica dos professores. Considerando que a disciplina de Sociologia tem por finalidade promover a leitura crítica da realidade social do estudante, a simplificação curricular pode comprometer aquilo que a própria BNCC (Base Nacional Comum Curricular) define como horizonte formativo: o desenvolvimento da capacidade de refletir e “analisar processos políticos, econômicos, sociais e culturais e posicionar-se criticamente em relação a eles” (BRASIL, 2018).

Partindo dessa problemática, este artigo desenvolve uma análise documental comparativa entre os conteúdos presentes nos slides disponibilizados pela SEED - Secretaria de Estado da Educação do Paraná para o segundo ano do Ensino Médio e o livro didático *Sociologia em Movimento* (2016), tomando como recorte a abordagem da temática na questão indígena. Defende-se que a plataformização do ensino de Sociologia produz padronização curricular, redução da autonomia docente e superficialização dos conteúdos, configurando um retrocesso pedagógico que contraria as diretrizes formativas da BNCC.

1. Escola, experiência e formação crítica

A compreensão da escola como espaço formativo ultrapassa a função de simples transmissão de conteúdo. Para Dayrell, a instituição escolar deve ser entendida como espaço de produção de sentidos e experiências sociais. Segundo o autor, a escola é “um espaço

sociocultural, onde se confrontam diferentes sujeitos, histórias, valores e expectativas” (DAYRELL, 2007).

Nessa perspectiva, a aprendizagem significativa depende do reconhecimento da realidade do estudante como sujeito histórico e ativo no processo educativo. O autor critica modelos pedagógicos excessivamente prescritivos, afirmando que:

“Quando a escola reduz o aluno à condição de receptor de conteúdos, esvazia-se a possibilidade de construção de sentidos para a aprendizagem” (DAYRELL, 2007).

Essa concepção dialoga com Pereira (2018), ao enfatizar que o cotidiano escolar é composto por mediações, relações, negociações e práticas concretas que não podem ser substituídas por roteiros estagnados. Para o autor, as políticas educacionais são sempre reinterpretadas no chão da escola, pois “as ações pedagógicas ganham sentido nas práticas cotidianas dos sujeitos” (PEREIRA, 2018).

Assim, propostas que oferecem planos de aula fechados e conteúdos padronizados promovem a limitação da mediação docente no processo educativo e enfraquece o potencial crítico da formação do estudante, condição especialmente problemática para a disciplina de Sociologia.

1.2 Representações indígenas no material didático

A crítica às formas como os povos indígenas são retratados nos materiais escolares encontra respaldo na análise de Rocha (1984). Ao examinar livros didáticos, o autor identifica a construção do que denomina “índio didático”, caracterizado por representações simplificadas e folclorizadas. Segundo ele, “o índio aparece como personagem genérico, atemporal, distante dos conflitos sociais e políticos do presente” (ROCHA, 1984). Essa representação contribui para despolitizar a questão indígena, reduzindo-a a traços culturais superficiais.

Para o autor, “a diferença cultural é exibida, mas a desigualdade histórica é silenciada” (ROCHA, 1984).

Embora o livro *Sociologia em Movimento* apresente maior aprofundamento conceitual incluindo debates sobre direitos territoriais, movimentos sociais e conflitos contemporâneos, a substituição desse material por slides sintéticos retoma padrões de simplificação semelhantes

aos identificados por Rocha (1984). Assim, conteúdos complexos acabam sendo fragmentados, dificultando a compreensão crítica das relações de poder que envolvem os povos originários.

2. Plataformização, padronização e controle do trabalho docente

A plataformização do ensino público no Paraná através da SEED é analisada criticamente por Guimarães (2025), que identifica a incorporação de tecnologias digitais como parte de um modelo de gestão orientado por desempenho. A autora observa que essas ferramentas não se limitam a apoiar o trabalho pedagógico, mas atuam como mecanismos de regulação: “as plataformas digitais operam como dispositivos de monitoramento e controle da atividade docente” (GUIMARÃES, 2025).

A oferta de planos de aula prontos, segundo ela, “homogeneíza o ensino e reduz a autonomia do professor, que passa a executar tarefas previamente prescritas” (GUIMARÃES, 2025).

Além disso, o trabalho pedagógico é reduzido a indicadores quantitativos: “a gestão escolar passa a ser orientada por metas, gráficos e resultados mensuráveis” (GUIMARÃES, 2025). Essa lógica aproxima a escola de modelos empresariais, nos quais eficiência e produtividade substituem processos reflexivos, afetando especialmente disciplinas voltadas à análise crítica da sociedade, como a Sociologia.

2.1 A Base Nacional Comum Curricular e o horizonte formativo da Sociologia

Em contraste com esse cenário, a BNCC estabelece que a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas deve promover a formação de estudantes capazes de interpretar criticamente a realidade. O documento explicita como competência central: “analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais [...] posicionando-se criticamente” (BRASIL, 2018).

Ela enfatiza a necessidade de combater injustiças e desigualdades sociais, reforçando o caráter ético e democrático da formação. A Sociologia, nesse contexto, assume função

estratégica ao possibilitar a problematização das relações de poder, das identidades coletivas e dos conflitos históricos, não trabalha um conteúdo estático, somente na função informativa, mas reflexiva. Quando os conteúdos são reduzidos a exposições informativas e descontextualizadas, observa-se um distanciamento entre as intenções normativas da BNCC e a prática curricular efetivamente implementada.

2.2 Fato social, racionalização e neoliberalismo no processo educativo

As transformações observadas podem ser interpretadas também a partir da tradição clássica da Sociologia.

Para Durkheim, a educação constitui um fato social, isto é, “maneiras de agir, pensar e sentir exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder coercitivo” (DURKHEIM, 2008). Desse modo, a padronização curricular impõe-se aos docentes como estrutura externa que condiciona suas práticas.

Já Weber permite compreender esse processo como forma de racionalização burocrática. Segundo o autor, a modernidade se caracteriza pela expansão de sistemas organizados por cálculo, previsibilidade e controle, produzindo o que denomina “dominação racional-legal” (WEBER, 2004). Aplicada à educação, essa lógica transforma a ação pedagógica em rotina técnica quantificável.

Tal racionalidade articula-se ao avanço do neoliberalismo nas políticas educacionais, que subordina a formação escolar a critérios de eficiência e desempenho de forma calculável. Nesse contexto, conteúdos críticos e reflexivos tendem a ser simplificados, pois não se ajustam facilmente à lógica dos indicadores. A plataformização, portanto, não representa apenas inovação tecnológica, mas a incorporação de uma lógica gerencial que enfraquece a dimensão democrática e emancipatória da educação.

A pesquisa desenvolvida caracteriza-se como qualitativa e documental. Foram analisados os materiais digitais de Sociologia do segundo ano do Ensino Médio disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, organizados por trimestres, bem como o livro didático *Sociologia em Movimento* (2016). A investigação concentrou-se na

análise dos conteúdos relacionados à temática indígena e dos tipos de exercícios propostos aos estudantes.

A escolha desses materiais justifica-se por representarem duas formas distintas de organização curricular: de um lado, o livro didático estruturado com textos autorais, conceitos, problematizações e atividades reflexivas; de outro, conteúdos sintéticos apresentados em formato de slides padronizados, inseridos em um sistema digital de planejamento previamente definido.

Como recorte analítico, privilegiou-se a abordagem da temática indígena. Tal escolha não pretendeu esgotar as questões relativas aos povos originários, mas utilizá-las como categoria empírica capaz de evidenciar o grau de complexidade, criticidade e contextualização presente nos materiais. Parte-se do entendimento de que temas envolvendo desigualdades históricas, conflitos territoriais e direitos coletivos exigem tratamento conceitual aprofundado, sendo, portanto, indicativos da qualidade formativa do currículo, especialmente na disciplina de Sociologia.

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa envolveram:

- A. **Levantamento e organização dos conteúdos por trimestre**, a partir da sistematização dos materiais de Sociologia do segundo ano do Ensino Médio, tanto dos slides disponibilizados pela Secretaria de Educação do Paraná quanto do livro didático *Sociologia em Movimento*, com o objetivo de compreender a estrutura e a distribuição temática ao longo do ano letivo;
- B. **Identificação das categorias temáticas relacionadas aos povos indígenas**, mapeando-se a presença explícita e implícita do tema, bem como a forma de abordagem, os conceitos mobilizados e a articulação com outros conteúdos sociológicos;
- C. **Comparação qualitativa entre os materiais analisados**, considerando a profundidade conceitual, a continuidade temática e o grau de problematização social apresentado em cada suporte didático, com vistas a verificar diferenças na construção do conhecimento sociológico;
- D. **Interpretação dos resultados à luz do referencial teórico adotado**, articulando os achados empíricos às contribuições da Sociologia para a análise de políticas

públicas, às discussões sobre racionalização institucional e às implicações dessas dinâmicas para a formação crítica dos estudantes.

Os dados foram sistematizados em quadros comparativos (A, B, C, D e F), contemplando aspectos como profundidade conceitual, continuidade temática, tipo de atividade pedagógica e potencial formativo. A interpretação dos resultados foi realizada à luz do referencial teórico apresentado, articulando de forma crítica entre empiria e teoria.

Quadro A - Comparativo entre o livro didático Sociologia em Movimento e os slides digitais da rede estadual do Paraná quanto à abordagem da temática indígena		
	NO LIVRO	NOS SLIDES
Extensão do conteúdo	Apresenta capítulos e textos explicativos densos.	Reduzem a abordagem a tópicos sintéticos.
Contextualização histórica	A contextualização está presente e articulada.	Aparece de forma limitada.
Conflitos territoriais e políticos	Aborda explicitamente os conflitos.	Pouco exploram essa dimensão.
Movimentos indígenas contemporâneos	Contempla esses movimentos.	Estão ausentes ou tratados de forma superficial.
Uso de conceitos sociológicos	Os conceitos são desenvolvidos e problematizados.	Aparecem como definições simplificadas.
Propostas de debate/reflexão	Oferece questões abertas e interpretativas.	Restringem a exercícios objetivos.
Continuidade temática	Organiza os conteúdos em sequência articulada.	Apresentam fragmentação por aula.
Potencial formativo	Favorece uma formação crítico-reflexiva.	Limitam-se a uma abordagem informativo-descritiva.

Quadro B - Distribuição dos conteúdos relacionados aos povos indígenas nos slides do 2º ano do Ensino Médio		
	ABORDAGEM	PROFUNDIDADE ANALÍTICA
1º Trimestre – Diversidade cultural	Descritiva	Baixa
2º Trimestre – Formação da sociedade brasileira	Informativa	Média
3º Trimestre – Direitos humanos / minorias	Ilustrativa	Baixa

Quadro C - Síntese das categorias analíticas utilizadas na comparação	
Livro didático: Sociologia em movimento	
Densidade conceitual	Observou-se a presença de textos analíticos, conceitos sociológicos e contextualização histórica.
Problematização social	Houve discussão de conflitos, desigualdades e disputas políticas.
Autonomia docente	Identificou-se a possibilidade de adaptação e aprofundamento do conteúdo.
Formação crítica	Verificou-se estímulo à reflexão, à argumentação e ao posicionamento dos estudantes.

Quadro D - Síntese analítica: o que se perde com a plataformização - Impactos formativos da substituição do livro pelos slides		
	NO LIVRO	NOS SLIDES
Pensamento crítico	É desenvolvido	Aparece de forma limitada
Consciência histórica	É fortalecida	É enfraquecida
Compreensão do conflito social	Está presente	É neutralizada
Alteridade e diversidade	São vividas	Apenas ilustradas
Formação cidadã	É politizada	É normativa
Autonomia intelectual	É estimulada	É reduzida

Quadro E - Representações indígenas nos livros didáticos tradicionais (Rocha, 1984) e sua reaparição nos slides de Sociologia atualmente		
	NOS LIVROS	NOS SLIDES
Índigena como figuras do passado	É apresentado como pertencente ao passado histórico.	Aparece igualmente como elemento histórico distante.
Culturalização da diferença	Há ênfase em costumes, rituais e aparência.	A ênfase recai sobre diversidade e cultura.
Ausência de conflito	Há silenciamento da luta por terra e direitos.	Observa-se o mesmo silenciamento em relação aos conflitos contemporâneos.
Despolitização	Aparece fora da política.	É excluído do debate político.
Alegorização	É tratado como figura simbólica e didática.	Surge como exemplo ilustrativo de diversidade
Invisibilização do presente	Há ausência de indígenas contemporâneos.	Há pouca ou nenhuma menção atual.
Neutralização do Estado e do capital	As relações de poder são ocultadas.	Estado e capital não são problematizados.

Quadro F - Relação entre habilidades (objetivos) do Base Nacional Comum Curricular e abordagem dos materiais analisados		
BNCC	NO LIVRO SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO	NOS SLIDES
Desenvolver pensamento crítico sobre processos sociais.	Propõe análise histórica, conceitual e crítica.	A abordagem é parcial e predominantemente descritiva.
Compreender diversidade cultural e identidades sociais.	Contextualiza cultura, identidade e conflitos sociais.	Apresentam foco ilustrativo e fragmentado.
Analisar desigualdades e relações de poder.	Articula desigualdade, Estado e conflitos sociais.	Não atingem plenamente o objetivo, pois carecem de aprofundamento estrutural.
Relacionar fenômenos sociais a contextos históricos.	Há apresentação de processos históricos e permanências.	A contextualização é limitada.
Desenvolver argumentação fundamentada.	Propõe atividades discursivas, debates e análise de fontes.	Oferecem exercícios predominantemente objetivos e fechados.
Problematizar conflitos contemporâneos	Aborda conflitos sociais e disputas por direitos	Não contemplam debates sobre disputas políticas atuais, como demarcação de terras indígenas.

Continua

Quadro F - Relação entre habilidades (objetivos) do Base Nacional Comum Curricular e abordagem dos materiais analisados		
BNCC	NO LIVRO SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO	NOS SLIDES
Estimular autonomia intelectual do estudante.	Apresenta propostas investigativas e reflexivas.	Seguem estrutura padronizada e roteiro fixo.
Fonte: Elaborada pelo autor a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) , dos materiais da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR) e do livro TOMAZI, Nelson Dacio (org.) Sociologia em movimento. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 2016 , e do artigo: Um índio didático: notas para o estudo das representações, ROCHA (1984).		

3. Materiais didáticos e o planejamento padronizado

3.1 Organização e estrutura dos slides na plataforma de ensino

A análise inicial evidenciou que os slides disponibilizados pela rede estadual apresentam organização sintética, fragmentada e fortemente esquematizada. Os conteúdos são distribuídos em tópicos curtos, com predomínio de definições simplificadas, imagens ilustrativas e exercícios objetivos. Observa-se ausência de textos interpretativos mais extensos, debates conceituais aprofundados ou proposições de análise crítica (Quadro B).

Tal formato aproxima-se de uma lógica instrucional, centrada na transmissão rápida de informações. Essa característica dialoga com a observação de Guimarães (2025), segundo a qual “o trabalho pedagógico é progressivamente traduzido em tarefas operacionais e indicadores de desempenho, priorizando a execução de conteúdos prescritos”. E nesse contexto, o planejamento didático deixa de ser construído pelo professor a partir das especificidades da turma, passando a seguir roteiros predefinidos.

3.2 A abordagem da temática indígena nos slides

No que se refere à temática indígena, constatou-se que os conteúdos aparecem de forma pontual, geralmente vinculados a tópicos amplos como diversidade cultural ou formação da sociedade brasileira. Predominam descrições genéricas sobre costumes, línguas e modos de

vida tradicionais, com pouca referência a conflitos territoriais, políticas públicas, movimentos sociais ou disputas contemporâneas por direitos, (Quadro C).

Essa forma de apresentação tende a culturalizar o tema, descolando-o de suas dimensões políticas e históricas. Uma abordagem fragmentada, despolitizada e pouco articulada, na qual os povos indígenas aparecem mais como objetos de discurso do que como agentes históricos.

A ausência de problematização crítica limita a compreensão dos estudantes acerca das relações de poder que atravessam a questão indígena, transformando-a em elemento ilustrativo da diversidade, e não em objeto de análise sociológica. Essa constatação aproxima-se do diagnóstico de Rocha (1984), ao afirmar que “a diferença cultural é exibida, mas a desigualdade histórica é silenciada”.

A diferença torna-se ainda mais evidente na análise dos exercícios propostos aos estudantes. Nos slides digitais, predominam questionários objetivos, fichas padronizadas e quizzes automatizados, voltados à verificação de informações e à reprodução de conceitos. Tais atividades reduzem a aprendizagem à memorização e limitam a problematização sociológica, comprometendo o desenvolvimento do pensamento crítico (Quadro A).

Assim, mesmo décadas após a crítica do autor, Rocha (1984), aos livros didáticos tradicionais do Ensino Fundamental, observa-se a permanência de representações simplificadas dos povos indígenas, agora reconfiguradas em formato digital, nos slides dos conteúdos de Sociologia do Ensino Médio, formulados pela SEED (Secretaria Estadual de Educação do Paraná).

3.3 O livro didático como contraponto formativo

Em contraste, o livro *Sociologia em Movimento* (2016) apresenta abordagem mais consistente. Os capítulos dedicados à diversidade cultural e aos povos indígenas incluem contextualizações históricas, análises sobre expropriação territorial, discussão de direitos constitucionais e referências a movimentos de resistência. Há presença de textos argumentativos, atividades interpretativas e propostas de debate. O material articula a temática indígena à formação da sociedade brasileira, aos processos de colonização, às relações de poder e às desigualdades estruturais, tratando os povos indígenas como sujeitos históricos ativos,

sugere textos e exercícios reflexivos aos estudantes, atendendo plenamente às normativas da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), (Quadro F).

Tal estrutura favorece a construção de relações entre conceitos sociológicos e problemas concretos, possibilitando maior aprofundamento teórico. Diferentemente dos slides, o livro estimula a leitura, a interpretação e a argumentação, práticas essenciais ao desenvolvimento do pensamento crítico.

Esse formato dialoga diretamente com a concepção de Dayrell (2007), para quem a escola deve constituir-se como espaço de produção de sentidos, e não apenas de recepção de informações. Como destaca o autor, “a aprendizagem se constrói quando o estudante consegue atribuir significado ao conhecimento escolar”. Ao permitir maior densidade textual e reflexiva, o livro didático contribui para essa construção de significados.

A análise comparativa evidencia que o livro didático ainda se mantém como espaço privilegiado para a formação crítica em Sociologia, enquanto o modelo plataformizado tende a reduzir conteúdos complexos como a questão indígena a recortes superficiais, esvaziando seu potencial político, histórico e pedagógico.

3.4 Padronização curricular e perda de autonomia docente

A substituição do livro por materiais padronizados implica transformações significativas no trabalho docente. Os professores passam a seguir sequências previamente definidas, com menor possibilidade de adaptação às demandas específicas da turma ou de aprofundamento em temas considerados relevantes.

Guimarães (2025) observa que, “a oferta de planos de aula prontos homogeneiza o ensino e reduz a autonomia pedagógica do professor”.

Tal condição aproxima o docente de uma função executora, limitando sua atuação como mediador crítico do conhecimento. Pereira (2018) adverte que a prática pedagógica ganha sentido no cotidiano escolar; quando essa mediação é suprimida, o currículo perde conexão com a realidade dos estudantes. Nesse cenário, a disciplina de Sociologia cuja essência reside na problematização da vida social vê-se reduzida a um conjunto de informações operacionais.

4. Racionalidade neoliberal e empobrecimento curricular

Os resultados observados não podem ser compreendidos apenas como escolhas didáticas isoladas, mas como expressão de um processo estrutural mais amplo. A plataformização integra uma racionalidade gerencial que subordina a educação pública a critérios de eficiência, produtividade e controle.

Durkheim (2008) lembra que as instituições educacionais constituem fatos sociais, isto é, “maneiras de agir e pensar que se impõem ao indivíduo com força coercitiva”. Nesse sentido, a padronização curricular atua como estrutura externa que condiciona o trabalho docente, limitando suas possibilidades de ação.

Complementarmente, Weber (2004) descreve a modernidade como marcada pela expansão de formas de dominação racional-legal, caracterizadas por cálculo, previsibilidade e burocratização. A organização do ensino por metas, indicadores e relatórios traduz essa lógica, convertendo a atividade pedagógica em procedimento técnico mensurável.

Articulada ao neoliberalismo, essa racionalidade redefine a finalidade da escola: a formação crítica cede espaço à preparação instrumental para o mercado de trabalho. Conteúdos complexos, debates políticos e reflexões históricas como aqueles próprios da Sociologia, tornam-se secundários, pois não produzem resultados imediatos quantificáveis.

Assim, a simplificação curricular observada nos slides não é casual, mas funcional a um modelo educacional que privilegia desempenho e padronização em detrimento da reflexão, contrapondo o desenvolvimento das habilidades dos estudantes sugeridas na BNCC.

5. CONCLUSÃO

A análise realizada nos documentos evidenciou que a organização e a plataformização do ensino de Sociologia no Paraná promovem redução da densidade conceitual, fragmentação temática e limitação da autonomia docente. Ao comparar os slides oficiais da plataforma com o livro *Sociologia em Movimento* (2016), verificou-se que o material digital tende a simplificar os conteúdos e enfraquecer a problematização social, especialmente no tratamento de temas complexos, como a questão dos povos indígenas (Quadro D).

Essa dinâmica retoma padrões de representação criticados por Rocha (1984) e contraria as diretrizes formativas da BNCC, que propõem o desenvolvimento do pensamento crítico e da cidadania ativa, dentro das competências e habilidades elencadas no documento. Além disso, aproxima-se de uma racionalidade gerencial que transforma a educação em processo operacional, reduzindo professores a executores e estudantes a receptores de conteúdos minimizados.

A crescente plataformização do ensino tem se consolidado como tendência nas políticas tecnológicas educacionais contemporâneas, mas seus limites tornam-se evidentes quando confrontados com os objetivos formativos da BNCC para o ensino de Sociologia. Ao reduzir conteúdos a slides fragmentados e descritivos, a lógica das plataformas tende a esvaziar a problematização dos processos sociais, a análise das desigualdades e a reflexão sobre conflitos contemporâneos, restringindo a autonomia intelectual e a capacidade reflexiva e argumentativa dos estudantes. Em contrapartida, o livro didático, longe de ser um recurso ultrapassado, apresenta-se como instrumento pedagógico capaz de articular conceitos, história e debates críticos, promovendo reflexões, contribuindo para a formação sociológica dos estudantes. A defesa do livro, portanto, não se caracteriza como uma resistência ao uso de tecnologias, mas com a necessidade de assegurar que os estudantes desenvolvam pensamento crítico, compreensão da diversidade cultural e análise das relações de poder em consonância com o currículo, (Quadro F).

Conclui-se, portanto, que a padronização curricular impõe desafios significativos ao ensino de Sociologia, colocando em disputa sua função formativa. Defender a permanência de materiais didáticos densos, a autonomia pedagógica e a problematização crítica da realidade social constituem condição essencial para que a disciplina cumpra seu papel na formação democrática dos estudantes.

Um achado importante a se considerar nessa análise dos materiais didáticos, é que tanto no livro didático tradicional analisado por ROCHA (1984) quanto nos planos de aula de Sociologia disponibilizados pela SEED do Paraná (Quadro E), observa-se a continuidade de um tratamento despolitizado sobre a questão indígena, marcado pela ausência sistemática de estudos sobre os conflitos. Nos dois casos, o indígena aparece deslocado das disputas reais que atravessam sua existência histórica e contemporânea: não há menção à luta por terra, aos processos de expulsão, às violências territoriais ou às reivindicações por direitos, elementos centrais para compreender a condição indígena no Brasil. Essa neutralização produz um efeito

de apagamento histórico, como se a presença indígena fosse apenas cultural ou folclórica, e não profundamente atravessada por relações de poder. Isso mostra um certo retrocesso curricular, como se os planos de aula tivessem mantido o formato dos conteúdos disponíveis nos livros didáticos dos anos 1980, analisados por ROCHA (1984). Representando o indígena como um elemento do passado distante, excluído como sujeito histórico participante na formação da sociedade contemporânea, diferentemente do livro *Sociologia em Movimento* (2016), atualizado. Assim, os planos de aula nos slides reforçam um mesmo padrão de silenciamento político, apresentando o indígena “fora da política” e excluindo-o dos debates sobre desigualdade, cidadania e conflito social, o que contribui para a manutenção de uma visão simplificada e descontextualizada da realidade indígena no país, (Quadro E).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2026.
- DAYRELL, Juarez (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GUIMARÃES, Lislaine Mara da Silva. **Políticas educacionais e plataformização: controle da atividade docente na rede estadual de ensino do Paraná**. 2025. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2025. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/99460>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. **A escola como espaço sociocultural: juventudes, cotidiano e experiências educativas**. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 49, p. 149–176, set./dez. 2017.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Planos de aula e slides de Sociologia – 2º ano do Ensino Médio (1º, 2º e 3º trimestres)**. Curitiba: SEED-PR, 2025. (RCO+/Aulas). Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1oRJ-AJ66fmnCWijnDeQyGDSA1b5naiW2?usp=sharing>. Acesso em 12 jan. 2026

PARANÁ. SEED. *ProBNCC/PR – Programa de Implementação da BNCC no Paraná*. Curitiba: Seed/PR, 2018–2025. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2025.

ROCHA, Everardo. **Um índio didático: notas para o estudo das representações**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *O índio na história do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 14–43.

TOMAZI, Nelson Dacio (org.). **Sociologia em movimento. 2. ed.** São Paulo: Moderna, 2016.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed.** Brasília: Editora UnB, 2004